

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.388 - RS (2019/0143811-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : SUBCONDOMÍNIO PRAIA DE BELAS PRIME OFFICES
ADVOGADOS : GUILHERME SILVA DA COSTA E OUTRO(S) - RS067254
THAIS SCHLATTER BICHINHO - RS088175
RECORRIDO : RONALDO DE ASSIS MOREIRA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

CIVIL. CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** CONDOMÍNIO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. QUOTAS CONDOMINIAIS VINCENDAS. INCLUSÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

CONDOMÍNIO PRAIA DE BELAS PRIME OFFICES (CONDOMÍNIO) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da ação de execução de cotas condominiais ajuizada contra RONALDO DE ASSIS MOREIRA (RONALDO), determinou a retirada das prestações vincendas da execução.

O Tribunal de origem não deu provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONDOMÍNIO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE COTAS CONDOMINIAIS. INCLUSÃO DE PARCELAS VINCENDAS. Viável a cumulação de execuções em face do mesmo executado apenas sobre as parcelas vencidas até a data do ajuizamento da execução (arts. 780 e 784, X, CPC/2015). É inadmissível a cumulação ulterior das cotas condominiais vencidas no curso da execução. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (e-STJ Fls. 48)

Inconformado, CONDOMÍNIO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos arts. 323, 771, 784 e 786 do NCPC, sustentando, em síntese, que **(1)** é válida a inclusão das prestações vincendas enquanto perdurar o feito, em respeito aos princípios da economia e efetividade processual, evitando a necessidade de ingresso de nova demanda judicial, que envolveria as mesmas partes, objetos de idêntica natureza jurídica objetivando a mesma satisfação, que pode ser buscada nesta mesma ação, porquanto a inclusão decorre de lei ; e, **(2)** há divergência jurisprudencial.

O apelo nobre foi admitido.

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação merece prosperar.

Da alegada violação dos arts. 323, 771, 784 e 786 do NCPC

O CONDOMÍNIO sustentou que é válida a inclusão das prestações vincendas enquanto perdurar o feito, em respeito aos princípios da economia e efetividade processual, evitando a necessidade de ingresso de nova demanda judicial, que envolveria as mesmas partes, objetos de idêntica natureza jurídica objetivando a mesma satisfação, que pode ser buscada nesta mesma ação, porquanto a inclusão decorre de lei.

O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que *revela-se cabível a inclusão de prestações vencidas no decorrer da execução e não pagas, pois acarretaria o ajuizamento de novas execuções, com base na mesma relação de direito material.*” (AREsp 1.095.095/ SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 14/06/2017)

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONDOMÍNIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ORIGEM. SÚMULA Nº 283/STF. PARCELAS VINCENDAS. INCLUSÃO NA EXECUÇÃO.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do aresto recorrido enseja a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. As prestações vincendas podem ser incluídas na condenação, se não pagas, enquanto durar a obrigação - art. 290 do Código de Processo Civil. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.390.367/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 6/8/2015)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRIBUIÇÕES CONDOMINIAIS. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUADA. PRESTAÇÕES VINCENDAS. PEDIDO IMPLÍCITO. SENTENÇA. NATUREZA. DISPOSITIVA E DETERMINATIVA. INCLUSÃO NA EXECUÇÃO. TERMO

FINAL. EFETIVO PAGAMENTO. PRINCÍPIO. ECONOMIA PROCESSUAL. PROVIMENTO.

1. Ação ajuizada em 17/12/2009. Recurso especial interposto em 26/02/2014 e atribuído a este Gabinete em 25/08/2016.

2. O propósito recursal é determinar o termo final para que as prestações de caráter continuado vencidas no curso da ação possam ser incluídas na fase de execução de título executivo judicial, nos termos do art. 290 do CPC/73.

3. No que diz respeito à exigibilidade, a legislação processual tratou de maneira distinta certas relações jurídicas obrigacionais que se protraem no tempo, configuradoras de relações jurídicas continuativas (art. 471, I, do CPC/73) ou de trato continuado (art. 505, I, do CPC/15), como é o caso das despesas condominiais.

4. O art. 290 do CPC/73 prevê que as prestações vencidas e vincendas no curso do processo têm natureza de pedido implícito, as quais devem ser contempladas na sentença ainda que não haja requerimento expresso do autor na inicial.

5. Em virtude da previsão do art. 290 do CPC/73, a sentença das relações continuativas fixa, na fase de conhecimento, o vínculo obrigacional entre o credor e o devedor. Basta, para a execução, que se demonstre a falta de pagamento das prestações vencidas, ou seja, que se demonstre a exigibilidade do crédito no momento da execução do título executivo judicial. Ao devedor, cabe demonstrar a eventual cessação superveniente do vínculo obrigacional.

6. As verbas condominiais decorrem de relações jurídicas continuativas e, por isso, devem ser incluídas na condenação as obrigações devidas no curso do processo até o pagamento, nos termos do art. 290 do CPC/73.

7. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem manteve a sentença que restringiu a execução às parcelas que fossem vencidas e não pagas até o trânsito em julgado da fase de conhecimento. Assim, dissentiu da jurisprudência do STJ de que a execução pode abranger as parcelas vencidas e vincendas até o efetivo pagamento.

8. Recurso especial provido. (REsp 1.548.227/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 13/11/2017)

No caso, as instâncias ordinárias reconheceram que é incompatível a inclusão das prestações vincendas enquanto perdurar o feito, assim consignando:

O cerne do presente litígio reside na possibilidade ou não de inclusão das prestações vencidas no curso da execução.

No regramento anterior, a cota condominial era objeto de ação ordinária de cobrança, adquirindo eficácia executiva após sentença condenatória, motivo pelo qual se admitia a inclusão das prestações vincendas decorrentes de idêntica obrigação (art. 290 do CPC/73) do condômino de contribuir para as despesas do condomínio (art. 1.336, I, do Código Civil), inclusive, consideravam-se implícitas no pedido. Esta Colenda Câmara Cível

adota como limite temporal para inclusão das parcelas vincendas a data do pedido de cumprimento de sentença, momento em que se torna líquida e certa a condenação imposto à parte devedora.

Outrossim, na execução para cobrança de crédito, segundo dispõe o art. 783 do CPC/2015, deve estar fundada em título de obrigação certa, líquida e exigível, no qual se materializa o crédito vencido, bem como amparada da respectiva memória de cálculo, na qual se quantifica a pretensão executiva.

De outro modo, observa-se que, no momento da propositura da ação de execução, o exequente pode cumular várias execuções quando o executado for o mesmo, ainda que fundadas em títulos diferentes, desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento (art. 780 do CPC/2015).

Assim, viável a cumulação de execuções em face do mesmo executado apenas sobre as parcelas vencidas até a data do ajuizamento da execução. Ou seja, não se admite cumulação ulterior de execuções em face do mesmo devedor das prestações vincendas. (e-STJ fls. 50/51)

Assim, verifica-se que o Tribunal de origem contrariou o entendimento desta Corte.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para abranger as parcelas vincendas no processo de execução.

Por derradeiro, advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator